

A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE DISCUSSÃO A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



Vol. 12 Número 24 Jan./Abr. 2017

Ahead of Print

VIOLENCE PROBLEM IN SCHOOL ENVIRONMENT: OPPORTUNITIES DISCUSSION POLITICAL EDUCATIONAL PROJECT FROM

Josenilson Viana Guedes¹

Gislaine Felix de Oliveira²

Alda Maria Duarte Araújo Castro³

RESUMO: Este texto analisa as possibilidades da construção de um projeto político pedagógico que dialogue com a sociedade para enfrentar a violência na escola. Dessa forma, a nossa problemática é tentar investigar como o projeto político pedagógico pode se tornar um potente articulador no desenvolvimento de políticas de prevenção à violência escolar, partindo do pressuposto de que é necessário dar visibilidade no PPP às questões da violência escolar e suas formas de enfrentamento. Para construção do texto, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica. Como resultados preliminares podemos apontar que as questões que envolvem o PPP devem ser sempre pensadas como fundamentais no fortalecimento do papel da educação, devendo este ser construído através de movimentos e articulações democráticas com a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político Pedagógico; Violência; Escola.

ABSTRACT: This paper analyzes the possibilities of building a political pedagogical project that dialogue with society to tackle violence in school. Thus, our problem is to try to investigate how the political pedagogical project can become a powerful articulator in the development of prevention of school violence policies, on the assumption that it is necessary to give visibility on PPP issues of school violence and its forms coping. For construction of the text, we use in the literature. As preliminary results we can point out that the issues surrounding the PPP should always be thought of as fundamental in strengthening the

¹Graduado em Ciências da Religião pela UERN. Especialista em Educação em Direitos Humanos pela UFRN. Mestrando em Educação pela UFRN.

²Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). Cursa Especialização em Literatura e Ensino, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. (2015) Aluna de Iniciação Científica/ CNPq: Educação e Contemporaneidade. (2012) Membro de equipe (Projeto de Extensão): Cinema, Pensamento e Educação. (2012) Membro de equipe (Projeto de Extensão): Cinema e Educação: UM OLHAR POS- ESTRUTURALISTA (2011) Interesses de investigação: Discurso, Indisciplina, Violência, Relações de Poder no contexto escolar.

³Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (1977), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2001). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas de formação de professores, educação a distância e da educação superior. Atualmente exerce a função de Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

role of education , which must be built through democratic movements and joints with the participation of all who are part of the school community.

KEYWORDS: Educational Political Project ; Violence; School.

Introdução

A educação se constitui como um direito humano. Nesse sentido, todo e qualquer cidadão tem o direito de ter acesso à educação, através das instituições escolares. A Constituição Federal - CF (BRASIL, 1988) do nosso país, em seu artigo 205, assegura a educação como um direito de fundamental. Assegura a CF: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, CF. 1988).

A participação da sociedade na garantia desse direito se torna indispensável para que essa cumpra o seu papel humanizador. Apesar dos avanços dos últimos anos no que se refere ao aumento do acesso em todos os níveis de educação, ainda nos deparamos com barreiras consistentes que precisam ser superadas em nosso país, como a garantia da qualidade e da permanência dos alunos na escola. Nesse sentido, precisamos fortalecer a rede de relações entre a escola e a sociedade como caminho para a formação cidadã; ou seja, contribuindo com atitudes e valores que possibilitem uma formação ética, solidária, crítica e participativa na sociedade.

Compreende-se que os problemas da educação pública brasileira são diversos, entre eles pode-se destacar: a falta de estrutura; escolas pouco suficientes em algumas localidades; falta de investimento no que se refere à escola básica; desvalorização dos profissionais da educação com relação aos salários e a formação; e, conforme já citado anteriormente, a qualidade do acesso e a permanência. Além disso, há outros problemas que se somam a esses, como a ocorrência de casos de violência dentro das escolas, problema que está presente em diversos estabelecimentos de ensino.

A questão da violência no âmbito escolar não é recente, mas assume em cada época diversificadas curvaturas e apresenta diferentes características. A problemática da violência escolar tem causado evasão, angústia nos profissionais que não sabem lidar com essa questão e, principalmente, tem afetado o processo de aprendizagem e desempenho dos alunos.

Dessa forma, pretende-se evidenciar nesse artigo as possibilidades do debate e construção do Projeto Político Pedagógico como um potente articulador no desenvolvimento de políticas de prevenção à violência escolar. Entende-se que a formulação e a implementação desse documento na escola proporcionam uma formação crítica e participativa, pois convida a sociedade a entender as pilastras de sustentação escolar e possibilita a valorização da cultura local. Buscando compreender os caminhos para construção do projeto político pedagógico, tendo o cuidado em dar visibilidades às questões que envolvem esse documento e ressaltando que o mesmo não deve ficar escondido nos armários de arquivos da escola, mas sim ser construído e executado por meio de movimentos e articulações democráticas com a participação de todos que fazem parte da comunidade escolar (interna e externamente).

O texto está organizado em quatro tópicos principais de discussão, a saber: num primeiro momento, aborda-se a educação como direito social, elencando alguns marcos legais, onde se discute sobre o processo de redemocratização da educação; aborda-se, em seguida, o Projeto Político Pedagógico da escola, encaminhando a discussão sobre a relevância da existência do documento, assim como sua aplicação, no âmbito escolar, e como é fundamental o processo de construção democrática, inserindo grupos internos e externos

ao espaço escolar. No terceiro tópico, discute-se a problemática da violência escolar, apontando possíveis causas e seu enfrentamento no cotidiano da escola, tendo o PPP como documento que reúne os debates, as discussões e as ações planejadas coletivamente, objetivando a erradicação da violência. No quarto e último tópico de discussão trataremos do fortalecimento das relações entre os sujeitos e da valorização do espaço escolar através da formação de um ambiente democrático.

I Educação como direito social: alguns marcos legais

O processo de redemocratização do Brasil é um importante ponto para que se possa analisar as mudanças ocorridas no processo histórico da nossa educação. Com o movimento da constituinte em 1988, ganham destaque o debate da formulação da LDB nº 9.394/96, que traz a discussão da participação na formulação das propostas pedagógicas, a valorização dos profissionais de educação e o fortalecimento do papel da escola. Esse momento possibilitou a garantia de um espaço escolar com bases e fundamentação, assim com na participação de todos que compõem a comunidade escolar, tendo como princípio fundamental a gestão democrática.

Nesse contexto, tal processo foi muito importante para o estreitamento de laços na construção dos papéis que envolvem a escola, como a concretização e ampliação dos espaços participativos, a criação de ambientes que possibilitaram o diálogo e a construção dos movimentos democráticos da escola assumindo um papel importante na formação cidadã do aluno.

A partir desse novo modelo de pensar a escola e a gestão democrática, outros grandes temas também ganham espaço na construção do papel social da educação, como a questão da desigualdade social e econômica, que é reproduzida pelo nosso sistema de ensino, bem como a qualidade e melhorias no sistema educacional do país, são temas que entram na discussão em torno da temática da Educação.

Os debates que envolviam a melhoria na qualidade do ensino buscavam dar conta, em todo o Brasil, da necessidade de descentralizar e democratizar a gestão escolar, garantindo a ampliação participativa de todos que compõem esse espaço e a comunidade em que a escola se faz presente.

É nesse momento que planejamento, articulação e construção do Projeto Político Pedagógico criam formas e forças para a consolidação de um ambiente escolar participativo. Pois, no processo de construção do PPP, é impossível a garantia de seu funcionamento sem que exista uma base democrática de formulação e debate.

Diante das discussões trazidas por autores como Vasconcellos (2002) e Veiga (2006), é possível apontar que existem lacunas no processo pedagógico de construção do PPP, encontrando barreiras na falta de participação dos pais, dos alunos e dos profissionais de educação na construção e fortalecimento da escola democrática. Entendemos que, para funcionar, esse processo necessita das mudanças no regimento interno da escola através da formação de lideranças estudantis (grêmios), criação de conselhos escolares em que se garanta a participação de todos que compõem o espaço escolar e toda a comunidade com debates de plenárias para o auxílio na construção de um Projeto Político Pedagógico democrático e participativo para que se reinventem novas formas do fazer gestão, formando, finalmente, um espaço de cultura participativa e valorização dos aspectos democráticos.

Dessa forma, o maior desafio do sistema educacional é sair das amarras que caracterizam a escola como um ambiente homogêneo, de discursos que não valorizem a diversidade e a pluralidade cultural, desconsiderando as vivências sociais do alunado. Pensar nessa questão é pensar como os alunos constroem sua participação na escola. A escola

precisa dialogar com eles, que são a própria representação da diversidade cultural, pois não dialogar com os alunos e comunidade é desvalorizar, desconsiderar e não reconhecer essa diversidade. É necessário pensar em ampliação dos espaços de debate e desconstrução das mais variadas formas que se apresenta a violência na nossa sociedade.

A escola, enquanto instituição que contribui para a garantia e oferta de educação de qualidade, gratuita e laica, também cumpre a função social de promotora de direitos constitucionais. Consequentemente, tem como um dos seus papéis a formação cidadã em valores e atitudes que possam fortalecer as políticas de mediação nos casos de violência, principalmente no que se refere à vulnerabilidade social de milhares de crianças, jovens e adultos espalhados pelas cidades brasileiras. Nesse sentido, a violência dentro da escola coloca-se nesse cenário como sendo um dos mais preocupantes problemas da atualidade.

De acordo com a Constituição Federal,
Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Constituição Federal de 1988, Art. 3).

Nesse sentido, a escola contribui para esse processo de ressignificação dos sujeitos e das realidades existenciais, logo, se faz necessário,

Entender que a escola não é a fonte essencial das desigualdades sociais, nem reflete passivamente a ideologia dominante é defender que há, na instituição escolar, intencionalidades, finalidades, utilidades que lhe permitem reinterpretar e ressignificar a ideologia ao difundi-la ou transmiti-la. (BRASIL, p28, 2014).

Portanto, a escola pode contribuir para esse processo de transformação social e contribuir, também, para o resgate, humanização e favorecimento dos valores universais. Para tanto, se faz necessário que todos os sujeitos da escola, pais, alunos, gestores, professores, equipe pedagógica e técnica discutam esse papel de ressignificação do espaço escolar e que estejam dispostos a contribuir para esse processo que vai além dos muros da escola.

Através do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a nossa Constituição Federal se fortalece, no sentido de tornar mais claro e obrigatório a garantia os direitos relativos ao desenvolvimento humano às crianças e aos adolescentes. Dentre esses direitos podemos citar as seguintes determinações (BRASIL, 2000, p. 10):

- a) Crianças e adolescentes são cidadãos e sujeitos de direitos, tais como: direito à vida, saúde, educação, lazer, participação cultural e dignidade.
- b) Envolvimento de toda a sociedade na garantia desses direitos.
- c) Descentralização e cooperação entre os órgãos na formalização de políticas e no atendimento à criança e ao adolescente. Devem-se promover parcerias entre os Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente, constituídos em nível municipal e estadual, e os órgãos não governamentais, que atuam na execução e terceirização de serviços.
- d) Criação de novos mecanismos de controle e fiscalização da aplicação das normas pertinentes à infância e à juventude, dos quais um deles é o Ministério Público, de caráter administrativo, ou seja, sem a intervenção do juízo, e o outro, de caráter judicial, com apreciação da autoridade judiciária.
- e) Substituição do modelo da sanção pelo da proteção:
definição dos agentes sociais responsáveis pela proteção – família, sociedade e Estado – com divisão de responsabilidades e papéis específicos;
ênfase na prevenção e na promoção social em lugar da sanção, por meio da educação, nas instituições sociais encarregadas, bem como na Justiça.
- f) Mudanças nos termos de referência:
criança e adolescente, em lugar de “menor”.
sujeito em conflito com a lei, em lugar de “delinquente”.

ato infracional, em lugar de “delito”.
medida socioeducativa, em lugar de “pena” ou “punição”.

A escola precisa compreender todas essas políticas e se apropriar de novos conceitos que favoreçam e valorizem a participação, a igualdade e o reposicionamento social. Ainda no contexto da ampliação das políticas públicas, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do papel social da educação frente às problemáticas sociais que vivenciamos, o Governo Federal, através da Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007, instituiu o Programa Mais Educação como estratégia para implantar e expandir a educação integral no Brasil. Identificam-se, claramente, as ações intersetoriais, sobretudo em seu artigo 4º. Vejamos:

Art. 4º Integram o Programa Mais Educação ações dos seguintes Ministérios: I - Ministério da Educação; II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; III - Ministério da Cultura; e IV - Ministério do Esporte.

§ 1º Ações de outros Ministérios ou Secretarias Federais poderão integrar o Programa.

§ 2º O Programa Mais Educação poderá contar com a participação de ações promovidas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e por outras instituições públicas e privadas, desde que as atividades sejam oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens e que estejam integradas ao Projeto Político-Pedagógico das redes e escolas participantes.

Nesse sentido, a Educação Integral visa intensificar os processos de garantia local e setoriais das políticas sociais (BRASIL, 2009) articuladas às instituições escolares por meio das parcerias entre entes governamentais e comunidades locais, visando o fortalecimento da educação como direito social e construção de uma prática pedagógica que fortaleça os vínculos, a cidadania e as relações entre direito e efetivação do direito.

Estabelece-se, assim, um projeto de educação alinhado às demandas sociais e comprometido com a democracia. A escola, por sua vez, deve situar sua localização, mapear sua realidade, apontar os fatores de risco e de proteção, bem como promover espaços de debates e de reflexão acerca das problemáticas existentes e intervir nelas.

Embasados em documentos oficiais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a escola tem em suas mãos a possibilidade de promover uma educação para a liberdade. Esses documentos apontam caminhos mais concretos para debater, discutir, problematizar e enfrentar a questão da violência nas escolas.

Criando redes de relações que devem ser compartilhadas entre alunos, professores, gestores, equipe pedagógica e técnica, contando também com agentes externos, como família e a comunidade inseridas no ambiente escolar, participando de todos os debates que interessam ao núcleo escolar, a instituição conseguirá encontrar efetivas soluções para os problemas encontrados diariamente no cotidiano da escola. Nesse sentido o PPP pode ser um importante mapa para trilhar o caminho rumo a uma educação mais problematizadora e cidadã.

2 O projeto político pedagógico da escola: formando para a participação social

O Projeto Político Pedagógico deve ser o documento direcionador do trabalho escolar. A construção desse documento é a primeira ação que deve ser pensada por qualquer gestão escolar, pois é a partir dele que os sujeitos da escola caminham, reestruturam e avaliam seu funcionamento.

Esse projeto não deve ser concebido de forma isolada ou fragmentada, mas com

uma visão de sociedade, um engajamento coletivo e democrático. O PPP não pode e não deve ser encarado como algo fechado, mas aberto e inacabado. A construção desse documento é bastante complexa e delicada. Ela pressupõe uma articulação entre ideias e culturas diversas, conflitos e contradições (VEIGA, 2010), por meio dos quais se busca “eliminar relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola” (VEIGA, 2010, p. 01).

A escola, enquanto instituição inserida num contexto social que está imerso num universo cultural plural, diverso e rico em identidades, tem uma responsabilidade de fato complexa e desafiadora. Complexa devido à diversidade existente nos diversos sujeitos providos de saberes adquiridos ao longo da vida. O desafio está justamente na administração dessas diversas identidades constituídas de produção humana, entendida como a própria cultura. Nesse sentido, a escola produz saberes para intervenção na sociedade, e, por esse motivo, as parcerias se colocam como fundamentais para que a escola desenvolva o seu projeto de educação em conformidade com a necessidade e a realidade social.

Segundo Carbonell (2002), a concepção de projeto político pedagógico como organização do trabalho escolar está fundamentada nos princípios da escola democrática, pública e gratuita. Alguns desses princípios são: Liberdade - Liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, avaliar e socializar, possibilitando autonomia; Solidariedade – Amor ao próximo; Pluralismo – respeito às diversidades; Igualdade - condições para acesso e permanência na escola; Qualidade - escola de qualidade para todos; Transparência - clareza das intencionalidades entre os protagonistas; Participação - princípio básico da democracia. Esses fatores, não podem ser resumidos ao instante da eleição, do voto, mas exige abertura para o debate e uma construção de uma democracia representativa.

Segundo Gadotti (2000), não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola, por isso mesmo, será sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Diante das considerações acima, podemos apontar que o Projeto Político Pedagógico deve ser encarado na perspectiva do planejamento participativo. Logo, sua elaboração, implementação e avaliação deve adotar a metodologia de mobilização e tomada de decisões conjuntas. É necessário mobilizar todos para construir juntos, a partir do diagnóstico escolar, os novos rumos da instituição. A instituição deve tomar como referência um posicionamento de intervenção na realidade posta. Esse posicionamento, que não é apenas institucional, mas também de cada sujeito, se torna o instrumento de interação da comunidade e de intervenção na realidade escolar.

Por isso a necessidade de um Projeto Político Pedagógico atual e democrático, que direcione o trabalho da escola. No entanto, o que se observa em diversas realidades é que o PPP não é encarado como caminho para debate, reflexão e resolução desses conflitos, ocasionando assim diversos outros problemas. Alguns fatores podem promover essa não participação, fatores que vão desde o desinteresse dos responsáveis em participar do cotidiano escolar dos alunos, bem como a pouca disposição da gestão escolar e da equipe pedagógica em articulações que estabeleçam uma relação democrática com a sociedade.

Os conflitos entre pessoas são inevitáveis, levando em consideração que em suas particularidades os seres humanos são diferentes. Em relação à escola, essa problemática é recorrente. A partir disso podemos problematizar alguns questionamentos: isso ocorre pela falta de compromisso dos agentes escolares (diretores, professores, equipe administrativa) que desconsideram qualquer ação de conflito existencial no próprio ambiente? Há uma ação conjunta entre escola e sociedade? A escola compreende que a violência é um fator social e reflete essa realidade? Refletir nesses questionamentos é fundamental para que a temática

não seja apontada como um problema apenas da escola e dos que dela participam, mas que pode ultrapassar essas barreiras e se colocar como instituição que contribui para discussão, reparação e enfraquecimento da violência na sociedade.

Discutir sobre a violência na escola é fundamental, pois esse é um tema atual e que atinge muitas escolas no Brasil e, porque não dizer, no mundo. Podemos dizer que no ambiente escolar ela se manifesta de forma assustadora diante dos diversos casos que se estampam cotidianamente na mídia.

Para que a escola possa ao menos debater a temática da violência no ambiente escolar é necessário que a gestão reconheça os conflitos e os encare. Em seguida, discutir os problemas com toda a equipe escolar e com os pais para juntos criar estratégias para erradicar o problema. Para que essa problemática seja superada é necessário que a gestão desenvolva ações de prevenção na intenção de tornar o ambiente escolar harmonioso, tais como: compreender como se dá o conflito para que ele seja resolvido, podendo intervir através do diálogo, assim procurando soluções simples e imediatas. Em longo prazo, a gestão escolar deve priorizar ações pedagógicas que de forma contínua possam colaborar na manutenção de um convívio respeitoso e constante, onde os alunos, conforme defende Paulo Freire, sejam sujeitos do seu próprio destino e desenvolvam habilidades recíprocas de amor, solidariedade e alteridade.

Nesse sentido, pode-se apontar de forma preliminar que há uma relação de causa e efeito entre a ausência da prática democrática na construção do documento que direciona o funcionamento da instituição e a violência no ambiente da escola. Pois, através da formulação do PPP juntamente com todos que compõem a comunidade escolar, seria possível perceber em quais pontos se efetivaria a ação e o melhor caminho para os direcionamentos dos mais variados casos de violência, sem que essa ação fosse de alguma forma transferível de responsabilidades, auxiliando na aproximação entre gestão escolar, equipe pedagógica, conselho escolar, representação estudantil e comunidade.

Uma estratégia que pode mediar e fortalecer a ação da escola no combate à violência é a mediação que pode ser fortalecida é a criação dos conselhos escolares. Entendemos que o problema da violência não é algo fácil de lidar, mas precisam existir na escola estratégias para mediação de conflitos. Compreende-se que as linhas democráticas de debate e problematização são direcionamentos possíveis e que podem ser fortificados para além do muro da escola. O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta que deve ser auxiliar, mas também deve ser auxiliado pelos conselhos escolares, principalmente em sua escrita e/ou reescrita.

Os conselhos escolares têm por objetivo atuar nas escolas em regime de colaboração, ampliando os espaços participativos e democráticos, bem como fortalecendo a funcionalidade do projeto político pedagógico. Essa iniciativa possibilita encaminhamentos e a promoção dos debates, assim como discussões que envolvem o campo educacional. Como, por exemplo, o problema da violência escolar.

Compreendemos que essa problemática ultrapassa o campo educacional, mas não temos dúvida que o enfrentamento e medidas de contenção devem partir da escola. Então, o conselho escolar deve garantir a inclusão, participação de todos que estão interligados a comunidade, bem como entender que o espaço escolar precisa de valorização.

Reconhecemos as dificuldades de implementação dos conselhos escolares nas escolas, ainda por encontrar barreiras, seja na estrutura física ou na equipe que compõe a escola, mas as dificuldades precisam ser superadas. Encontrar mecanismos para o funcionamento e manutenção da democracia representativa nas escolas é um grande passo para quem busca entender o fenômeno da violência na sociedade.

3 A problemática da violência escolar e sua articulação com o ppp

A violência é algo que faz morada presente nas sociedades, desde os primeiros registros de surgimento, assumindo diversas posturas e formas de acordo com o momento histórico. Segundo Chauí (1994, p. 336), “desde a Antiguidade Clássica até nossos dias, podemos perceber que, em seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la, diminuí-la, controlá-la”.

Nesse sentido, não estamos vivendo em um momento especificamente violento, pois devemos levar em conta que a humanidade sempre esteve em contato com as questões que envolvem os atos de violência. O que temos hoje na contemporaneidade é uma conscientização das condições possíveis para pensar essa problemática, através da produção dos discursos, desigualdades sociais, o conflito entre culturas e entre outros fatores. Segundo Oliveira (2013), “Não se trata aqui de encontrar “desculpas” para os casos de violência, mas de considerar que há muitas variáveis quando nos colocamos a analisar a questão.”

Como presenciamos cotidianamente, seja nos nossos ambientes de convivência ou por meio de relatos, a violência é um fenômeno social que a cada dia cresce assustadoramente. A escola, por sua vez, está sofrendo com essa problemática. Segundo Zenaide (2003) as formas de violência alcançam na atualidade uma gama de manifestações, que vão desde as relações conjugais e parentais até as relações organizacionais e estruturais, numa multiplicidade de formas, significados e causalidades (p. 74).

Quanto aos níveis de ação, as manifestações de violências podem dar-se nos planos físico, moral, psicológico e simbólico. A violência física implica em violação da integridade das pessoas, resultando sobre a vida e a saúde, como forma de dominação e sujeição. Já a simbólica utiliza-se de imagens construídas socialmente contra pessoas, grupos sociais, comunidades, preconceito etc. Conforme Zenaide (2003), podemos observar esses comportamentos no cotidiano da sociedade brasileira.

A escola, por sua vez, reflete esse comportamento violento nas diversas formas descritas pela autora. Nessa discussão, a escola se localiza como um ambiente também de conflitos, pois seu universo de sujeitos apresenta uma diversidade de vivências, culturas e saberes.

Com esse posicionamento podemos questionar como a escola, produzida e produto da sociedade, pode se isentar da violência? O que a escola como instituição tem feito para trazer à vista essa problemática? É pensando nessas possibilidades que devemos questionar sobre todos os aspectos que envolvem e estão relacionados aos atos de violência, bem como as mediações.

As contensões de enfrentamento dos atos de violência no contexto escolar não são diferentes dos caminhos que produzem esses atos, sempre relacionados à opressão, uso da força física, da autoridade para se colocar em uma posição de hierarquia na subjugação ou contra a vontade de uma pessoa ou grupo. A escola é um espaço da diversidade e, mesmo assim, um ponto bastante determinante nos casos de violência, é que ela não consegue lidar com a pluralidade cultural e social dos alunos.

Acreditamos que a escola, quando assegura e garante a participação democrática dos diferentes segmentos sociais e a condução compartilhada das ações pedagógicas conectadas com o PPP, consegue implementar o um projeto de gestão da violência dentro da escola, objetivando assegurar a aprendizagem de todos os alunos de forma pacífica e unificadora.

Por outro caminho, apesar deste trabalho focalizar a relação do projeto político pedagógico como mediação para os atos de violência na escola, acreditamos que, na análise, deva existir uma descentralização sobre a responsabilização dos casos de violência, pois ao entrar no complexo contexto que envolve essa temática constatamos as várias situações que

podem viabilizar os processos de condutas tidas como desviantes. Concorde-se com Amado (2001, p.317) quando afirma que:

A complexidade da questão obriga a pensar num esquema em que cada fator, de forma sistemática, implique e esteja implicado no resto, de tal modo que não se saiba onde começam e acabam as causas e os efeitos, a responsabilidade deste ou daquele agente, deste ou daquele fator, devido às mútuas implicações e à causalidade circula.

Assim, os casos de violência devem ser considerados em suas diversas relações no que se refere aos alunos, à escola, à família e ao contexto sociocultural da comunidade escolar e isso só será possível se estiver atrelado ao projeto político pedagógico, bem estruturado e posto em prática na escola e com isso possa surtir efeito na comunidade.

Na contramão de ações repressivas, faz-se necessário fortalecer as relações entre os sujeitos da escola, conforme apontaremos no tópico seguinte.

4 Fortalecer as relações entre os sujeitos: por uma escola democrática

As parcerias da escola com a rede externa precisam ser criadas, ampliadas e redimensionadas. O Projeto Político Pedagógico da instituição favorece esse estreitamento entre as instituições, visando ações educacionais mais efetivas. É necessário que a escola estabeleça um processo de avaliação da sua atuação, crie estratégias para as problemáticas e planeje sua atuação a curto, médio e longo prazo. Atualmente, a escola mantém de forma mais acentuada as diferentes parcerias: em relação à comunidade, é necessário que as parcerias entre as associações de bairro, igrejas, ONGs, estabelecimentos comerciais aconteçam para que a relação entre a comunidade e escola seja mais efetiva, investindo no aprendizado colaborativo e diversificado; no que se refere à família, é importante que as relações sejam ampliadas de forma que estejam mais presentes do dia a dia escolar. Para isso, mostra-se importante que momentos de participação coletiva sejam sempre propostos, que podem ser oficinas, palestras, atividades colaborativas e de interesses coletivos.

Já no campo da proteção, assistência e segurança, também é necessária a ampliação das parcerias para que os valores humanos sejam mantidos e resgatados. Na área da saúde, a parceria com o Posto de Saúde da Família - PSF, programas e campanhas de saúde na escola devem receber mais atenção e planejamento com as ações presentes no dia a dia escolar. Portanto, é essencial que a escola crie espaços de diálogos, discussões e diagnósticos para construir em regime de colaboração seu projeto democrático e cidadão.

Para que seja possível realizar uma intervenção que traga resultados socialmente relevantes, torna-se necessário que aconteça uma verdadeira revolução coletiva por parte de todas as instituições que estejam de forma direta ou indireta ligadas aos sujeitos da comunidade, não apenas a comunidade escolar. É possível apontarmos algumas parcerias necessárias a uma proposta projetada para a intervenção precoce da violência entre as crianças, os jovens, os pais, os profissionais e de todos aqueles cidadãos ligados à realidade vivenciada pela escola.

A secretaria de ação social do município, a secretaria de saúde, a promotoria pública, a polícia civil e militar, a prefeitura, as associações, as ONG's, as instituições religiosas (respeitando a pluralidade), as universidades, os centros de educação, o conselho tutelar, os conselhos de educação e a família são parcerias necessárias para que a escola possa, de forma compartilhada, desenvolver um projeto de educação que direcione, resgate e devolva aos sujeitos a capacidade de pensar no seu bem estar como princípio para uma vida saudável sem a necessidade de utilização de qualquer forma de violência.

Dessa forma, mesmo a escola não dispondo de espaços e possibilidades de trabalho coletivo nas suas dependências, com a efetivação dessas parcerias, ela pode ir além

dos seus muros, propondo uma formação diversificada, completa e que prepare o sujeito para a vida.

Com a organização do espaço escolar, a partir da manutenção de uma prática voltada para a gestão participativa, as relações dentro do ambiente escolar entre os funcionários, coordenadores, diretores, alunos e professores traçarão uma nova maneira de ver o outro enquanto sujeito de direitos e deveres. Com isso, o compromisso e o envolvimento dos professores, dos estudantes, dos funcionários e dos pais com a escola passarão de um envolvimento sem consistência cidadã e se transformará numa ação eficiente e comprometida com a melhoria das demandas sociais.

Assim, a relação entre escola, família e comunidade não se restringe a uma mera prestação de serviço público, mas um compromisso particular com o próximo e com a sociedade na busca por uma educação de qualidade que transforme o impossível no possível e o fracasso na mudança necessária para o resgate do amor, do respeito e da solidariedade.

5 Considerações finais

Consideramos que envolver os alunos, professores, funcionários, família e a comunidade no espaço de interação social e cultural faz parte do processo de democratização do ambiente escolar, como tratam os documentos mencionados no primeiro tópico de discussão, pois esse envolvimento possibilita, enquanto gerador de debate, a garantia de uma formação cidadã, que construirá conhecimentos e valores caminhando para proporcionar a solidariedade, criticidade e a participação para o fortalecimento das bases democráticas na escola e, conseqüentemente, na sociedade.

A escola não pode funcionar como um meio de aprender e deter conteúdos acumulados durante a história; ela precisa se apropriar desses conhecimentos e usá-los para enriquecer o diálogo e o debate colaborativo. A construção do Projeto Político Pedagógico visa essa inclusão e, para tanto, requer a participação de todos no debate de construtivo. Nesse processo, possibilitando o conhecimento da comunidade e das culturas que estão diretamente em conflito no espaço escolar, só são possíveis mediante o processo de construção e funcionamento desse documento. É preciso estreitar, além dos estreitamentos, os laços entre os agentes internos e externos ao espaço escola e a comunidade.

É consensual entre os estudiosos da temática, entre eles, Amado (2001) e Zenaide (2003), que o problema da violência pode ter relações com vários fatores, mas um dos principais é a não valorização cultural dos alunos, pois muitas vezes a escola apenas educa na dimensão das disciplinas, com parâmetros únicos e fechados, não conhecendo a diversidade presente na escola, não se abrindo ao diálogo, impedindo a construção dos saberes através da diversidade. O desafio, portanto, está na mudança da mentalidade daqueles que podem construir uma escola mais democrática, representativa e participativa na comunidade.

A escola enquanto instituição formadora deve deixar de ser um ambiente de repressão e finalmente assumir um perfil democrático, tornando-se uma instituição aberta e flexível para dialogar com comunidade e voltar-se à formação cidadã dos sujeitos. Dessa forma, caminha-se para mediação e solução do problema da violência. Debatedores direitos fundamentais das crianças e adolescentes, que nesses casos são os que mais prejudicados por toda espécie de violência nas escolas e fora delas, muitas vezes praticada justamente por aqueles que têm a missão legal e constitucional, como os líderes de estados e representantes do povo em seus diversos poderes.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. S. **Interação pedagógica e indisciplina na aula**. Porto: Asa, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (2000)**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1982.

BRASIL. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. - Brasília: Mec, Secad, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf. acesso em 31/03/2015.

BRASIL. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Ministério da Educação. 6. Ed., Atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade (Caderno 3) /elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. - Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico (Caderno 4) /elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. - Brasília: MEC, SEB, 2004.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: A mudança da escola**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da Secretaria de Educação**. Anais do I seminário nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10 ed. São Paulo: Liberdade, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2006.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares...et al. **Ética e Cidadania nas Escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

Recebido em: 08/09/2016
Aprovado em: 17/03/2017